

SUMÁRIO

Parte Primeira PRESCRIÇÃO E USUCAPIÃO

Título I PRESCRIÇÃO EM GERAL

Capítulo I NOÇÕES SOBRE O INSTITUTO DA PRESCRIÇÃO EM GERAL

1. Origem e evolução	27
2. Prescrição e decadência	31
3. Prescrição e Fazenda Pública.....	32
4. Conceito e requisitos da prescrição	33
5. Prescrições extintiva e aquisitiva: considerações históricas e pontos afins e diferenciais ..	36
6. Natureza jurídica das duas prescrições	40

Capítulo II PRESCRIÇÃO E SEUS INTERESSADOS

7. Renúncia à prescrição	42
8. Oportunidade para ser alegada.....	45
9. Legitimidade para alegar a prescrição.....	48
10. Prescrição em favor de pessoas jurídicas	50
11. Prescrição em favor de incapazes	51
12. Prescrição contra o sucessor	52
13. Prescrição não invocada.....	54

Capítulo III PRESCRIÇÃO E SEU OBJETO

14. Efeitos da prescrição extintiva.....	59
15. As ações reais (art. 205 do Código Civil).....	62
16. Prescrição de acessório	64

Capítulo IV CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS DA PRESCRIÇÃO

17. Distinções e efeitos	67
18. Prescrição entre cônjuges.....	70
19. Prescrição entre ascendentes e descendentes	73
20. Prescrição entre tutelados ou curatelados e seus tutores ou curadores.....	75
21. Prescrição em favor do credor pignoratício, do mandatário e pessoas equiparadas	76
22. Prescrição contra menores de 16 anos.....	78

23. Prescrição contra relativamente incapazes. Enfermos ou deficientes mentais.....	80
24. Prescrição contra os que não puderem exprimir sua vontade.....	83
25. Prescrição contra ausentes declarados.....	84
26. Prescrição contra ausentes do País	84
27. Prescrição contra os que servem nas Forças Armadas	85
28. Prescrição na pendência de condição suspensiva.....	86
29. Prescrição antes do vencimento do prazo.....	89
30. Prescrição na pendência de ação de evicção	90
31. Prescrição em favor de credor solidário quanto a objeto indivisível.....	91

Capítulo V

CAUSAS INTERRUPTIVAS DA PRESCRIÇÃO

32. Interrupção natural e interrupção civil.....	93
33. Citação.....	95
34. Citação em reconvenção	98
35. Citação em embargos de terceiro.....	100
36. Citação em declaratória incidental	100
37. Citação de assistente	101
38. Citação em demanda cautelar	102
39. Juízo arbitral.....	104
40. Falência	104
41. Citação que não interrompe a prescrição.....	106
42. Citação nula por vício de forma.....	107
43. Citação feita que deixa de produzir efeito.....	110
44. Citação nula por perempta a instância.....	113
45. Citação nula por perempta a ação.....	115
46. Protesto.....	118
47. Constituição em mora por ato judicial.....	121
48. Ato de reconhecimento do direito pelo devedor	122
49. Novo curso da prescrição interrompida.....	124
50. Interrupção em caso de obrigações e direitos indivisíveis.....	128
51. A interrupção em relação à multiplicidade de ações.....	129
52. Quem pode interromper a prescrição	131

Título II

PRESCRIÇÃO AQUISITIVA (USUCAPIÃO)

Capítulo VI HISTÓRICO

53. <i>Usucapio</i> . Lei das doze tábuas. <i>Actio publiciana</i> . <i>Praescriptio longi temporis</i> . <i>Praescriptio longissimi temporis</i> . <i>Praescriptio triginta annorum</i>	135
54. Parêntese histórico sobre a civilização romana e justiniano. Fusão dos institutos da <i>usucapio</i> e da <i>praescriptio</i>	145
55. Prescrição imemorial	149
56. Prescrição quarentenária	150
57. Usucapiões ordinária e extraordinária, antes do Código Civil de 1916	150

58. Usucapiões ordinária e extraordinária do Código Civil de 1916.....	151
59. Usucapião rural, antes da Constituição de 1988	153

Capítulo VII NATUREZA JURÍDICA

60. Fundamento do instituto	157
61. Aquisição originária.....	159

Capítulo VIII NOMENCLATURA E SIGNIFICADO

62. Etimologia.....	162
63. Grafia.....	162
64. Gênero	163
65. Definição	176
66. Usucapião e prescrição aquisitiva.....	177

Capítulo IX OBJETO DA USUCAPIÃO

67. Efeitos gerais da usucapião: transferência da propriedade, princípio da retroatividade, indivisibilidade e coisa julgada.....	179
68. Usucapião de acessório.....	181
69. Ônus reais em favor de terceiros	181

Capítulo X USUCAPIÃO E O REGISTRO DE IMÓVEIS

70. Usucapião e o princípio da presunção.....	187
71. Usucapião e o princípio da continuidade	190
72. Usucapião e retificação do registro imobiliário	193
73. Usucapião e o Registro Torrens.....	195
74. Usucapião de imóvel já registrado em nome do usucapiente	196

Capítulo XI USUCAPIÃO NO DIREITO COMPARADO

75. O instituto perante o direito alienígena: português, alemão, francês, italiano, suíço, mexicano, espanhol, argentino, chileno e paraguaio.....	206
--	-----

Capítulo XII USUCAPIÃO NO DIREITO BRASILEIRO

76. Usucapião ordinária	212
77. Usucapião extraordinária	216
78. Usucapião indígena.....	218
79. Usucapiões urbana, rural, familiar e extrajudicial. Institutos assemelhados à usucapião ..	222

Título III REQUISITOS PESSOAIS

Capítulo XIII PESSOAS CAPAZES DE USUCAPIR

80. Considerações sobre os requisitos legais para usucapir.....	224
---	-----

81. Pessoa capaz.....	225
82. Possuidor.....	227
83. Compossuidor.....	228
84. Incapaz.....	233
85. Herdeiro.....	234
86. Cônjuge supérstite.....	240
87. Cessionário de direitos hereditários.....	240
88. Companheiro.....	248
89. Promitente comprador e cessionário de promessa de venda.....	253
90. Superficiário.....	258
91. Indígena.....	258
92. Estrangeiro.....	259
93. Condômino.....	265
94. Enfiteuta.....	269
95. Usufrutuário.....	270
96. Titular da servidão.....	271
97. Usuário.....	272
98. Habitante.....	273
99. Credor pignoratício.....	273
100. Credor anticresista.....	275
101. Credor hipotecário.....	276
102. Rendeiro.....	277
103. Terceiro interessado.....	278
104. União, Estado, Território, Distrito Federal, Município e Estado estrangeiro.....	281
105. Pessoa jurídica estrangeira.....	286
106. Espólio.....	288
107. Entidades religiosas.....	298
108. Titular da laje.....	302

Capítulo XIV

CAPACIDADE DO TITULAR DO DIREITO PRESCRITÍVEL

109. Pessoa física e pessoa jurídica.....	303
---	-----

Capítulo XV

ILEGITIMIDADE PARA USUCAPIR

110. Relações entre o prescribente e o titular do direito usucapível.....	306
111. Relações do prescribente com o bem objeto de usucapião (administradores e funcionários especiais e assemelhados).....	312

Título IV

REQUISITOS REAIS

Capítulo XVI

COISAS E DIREITOS SUSCETÍVEIS DE USUCAPIÃO

112. Considerações gerais sobre coisas e direitos objeto de usucapião.....	315
113. Coisas móveis e semoventes.....	327

114. Telefone.....	334
115. Coisas imóveis	341
116. Propriedade (<i>jus in re</i>).....	343
117. Herança (direitos hereditários)	346
118. Herança jacente e herança vacante.....	347
119. Direitos reais sobre coisa alheia (<i>jura in re aliena</i>)	357
120. Superfície	359
121. Direito do promitente comprador de imóvel.....	364
122. Enfitese.....	369
123. Servidão.....	389
124. Usufruto.....	410
125. Uso.....	415
126. Habitação.....	418
127. Renda.....	419
128. Penhor.....	421
129. Anticrese.....	423
130. Hipoteca	425
131. Laje.....	428
132. Bem em condomínio	432
133. Terras devolutas rurais	450

Capítulo XVII COISAS E DIREITOS INSUSCETÍVEIS DE USUCAPIÃO

134. Bens particulares: <i>a)</i> bem de incapaz ou de pessoa contra a qual não corre prescrição; <i>b)</i> bem gravado com cláusula de inalienabilidade; <i>c)</i> bem indisponível; <i>d)</i> bem dotal; <i>e)</i> bem de família; <i>f)</i> bem sujeito a fideicomisso; <i>g)</i> bem vago e bem do evento; <i>h)</i> bem tombado.....	452
135. Bem em condomínio	464
136. Coisa acessória	465
137. Bens públicos	468

Capítulo XVIII BENS PÚBLICOS

138. Generalidades e imprescritibilidade	469
139. Terras devolutas	480
140. Terras devolutas do Município	487
141. Terras do Distrito Federal	492
142. Terras devolutas indispensáveis à defesa nacional.....	497
143. Terras devolutas de zona de fronteira	498
144. Terras devolutas da Amazônia Legal.....	503
145. Terras ocupadas pelos silvícolas.....	506
146. Terras dos extintos aldeamentos indígenas.....	508
147. Colônias militares e núcleos coloniais	520

148. Terrenos de marinha. Praia marítima.....	522
149. Mar territorial	530
150. Plataforma continental	530
151. Lagos, rios e correntes de água.....	531
152. Ilhas	536
153. Terrenos marginais ou reservados	547
154. Reservas florestais.....	556
155. Áreas livres de loteamentos e vias públicas	558
156. Cemitério.....	562
157. Bens vagos	565
158. Bens do evento	566
159. Armas e instrumentos de crimes.....	567
160. Outros objetos e valores.....	568
161. Fauna	568
162. Subsolo	569
163. Presumem-se devolutas as terras não registradas?.....	570

Título V REQUISITOS FORMAIS

Capítulo XIX POSSE

164. Posse e propriedade.....	575
165. Posse e detenção.....	577
166. Posse e ocupação.....	580
167. Composse	580
168. Quase posse.....	581
169. Considerações sobre a posse.....	582
170. Origem e teorias da posse	583
171. Natureza jurídica e conceito da posse.....	586
172. Coisas e direitos que podem ser objeto da posse	590
173. Posse própria e posse não própria.....	591
174. Posse direta e posse indireta	592
175. Posse justa e posse injusta	594
176. Posse de boa-fé e posse de má-fé	597
177. Posse com justo título	599
178. Posse <i>ad interdicta</i> e posse <i>ad usucapionem</i>	602
179. Posse com ânimo de proprietário (<i>cum animo domini</i>)	604
180. Posse contínua.....	620
181. Posse sem oposição.....	624
182. Posse ininterrupta.....	626
183. Posse mansa, tranquila, pacífica, incontestada, pública e inequívoca	631
184. Formas do exercício da posse	636
185. Início da posse.....	639

186. Atualidade da posse e tempo intermediário	643
187. Alcance da posse.....	644
188. Posse após a propositura da demanda	646
189. Registro da propriedade no curso da posse	649
190. Transferência da posse	650
191. Posse localizada	651
192. Posse de herdeiro	652
193. Posse de herança jacente.....	652
194. Soma de posses (<i>accessio possessionis</i> e <i>successio possessionis</i>)	653

Capítulo XX

TEMPO

195. Considerações gerais.....	664
196. Forma de contagem do tempo	665
197. Tempo posterior à propositura da ação.....	666
198. Presença e ausência.....	667
199. <i>Accessio temporis</i> e <i>successio temporis</i>	669
200. Conflito temporal (Lei n. 2.437/1955 e CC/2002).....	670

Título VI

REQUISITOS ESPECIAIS

Capítulo XXI

JUSTO TÍTULO

201. Considerações gerais.....	675
202. Requisitos do justo título	687
203. Justo título para usucapião.....	690
204. Justo título atributivo do direito.....	697
205. Justo título não suspenso por condição	698
206. Justo título durante a prescrição	699
207. Justo título e boa-fé	700
208. Título putativo e propriedade aparente.....	701
209. Título falho ou insuficiente.....	707
210. Alienações anuláveis.....	707
211. Enumeração dos títulos justos	709
212. Escritura por instrumento particular	710
213. Escritura pública	717
214. Compromisso de compra e venda.....	730
215. Cessão de direitos hereditários	744
216. Sucessão	748
217. Formal de partilha ou carta de adjudicação em inventário	749
218. Cartas de arrematação, adjudicação e remição.....	751
219. Sentença no juízo divisório.....	754
220. Renúncia.....	755

221. Transação	756
222. Doação.....	758
223. Dote	759
224. Dação.....	760
225. Permuta	760
226. Ocupação.....	761
227. Lei.....	762
228. Procuração em causa própria.....	763

Capítulo XXII BOA-FÉ

229. Considerações gerais.....	773
230. Boa-fé no começo e no curso da posse.....	779
231. Dúvidas e apreensões.....	782
232. Presunção da boa-fé	784
233. Boa-fé e terceiros	788

Título VII USUCAPIÕES URBANA, FAMILIAR, RURAL E EXTRAJUDICIAL

Capítulo XXIII USUCAPIÃO URBANA CONSTITUCIONAL

234. Sinopse histórica	790
235. Direito novo	793
236. Legitimidade para usucapir.....	794
237. Objeto de usucapião: domínio ou uso de imóvel urbano	796
238. Tamanho do imóvel.....	799

Capítulo XXIV USUCAPIÃO URBANA DO CÓDIGO CIVIL

239. Considerações gerais.....	801
--------------------------------	-----

Capítulo XXV USUCAPIÃO URBANA INDIVIDUAL DO ESTATUTO DA CIDADE

240. Considerações gerais.....	804
241. Estatuto da Cidade	805
242. Superveniência da usucapião urbana do Código Civil.....	806
243. Possuidor	807
244. Vedações usucapiatórias relativas ao possuidor e à coisa	807
245. Legitimidade <i>ad causam</i>	810
246. Posse.....	812
247. <i>Animus domini</i>	813
248. <i>Successio possessionis</i>	815
249. Área ou edificação urbana	816
250. Tempo.....	822
251. Domínio.....	823

252. Moradia	824
253. Título e boa-fé	825
254. Rito	825
255. Antecipação de tutela	826
256. Ministério Público	827
257. Justiça gratuita	828
258. Sobrestamento de ações	829
259. Usucapião em defesa	830

Capítulo XXVI

USUCAPIÃO URBANA COLETIVA DO ESTATUTO DA CIDADE

260. Considerações gerais	835
261. Constitucionalidade da usucapião coletiva	836
262. Direito novo	839
263. Área usucapível	841
264. Posse	842
265. Legitimidade	843
266. Moradia	846
267. Tempo	847
268. Não identificação dos terrenos ocupados	847
269. Possuidores não proprietários de imóvel urbano ou rural	848
270. Soma de posses	848
271. Sentença	849
272. Registro da sentença	849
273. Ruas, vielas e espaços reservados	850
274. Custos e emolumentos	851
275. Fração ideal de cada possuidor	852
276. Condomínio especial	853
277. Administração do condomínio	854
278. Urbanização posterior	855
279. Usucapião contra condôminos	856
280. Usucapião em defesa	856
281. Sobrestamento de ações	857
282. Rito	857
283. Ministério Público	857
284. Perícia	859
285. Críticas à usucapião coletiva	860

Capítulo XXVII

USUCAPIÃO FAMILIAR

286. Considerações gerais	863
287. Direito novo	865
288. Competência	866
289. Legitimidade ativa	866

290. Polo passivo	867
291. Bem objeto de usucapião	867
292. Tempo.....	869
293. Posse.....	870
294. Moradia	871
295. Ausência de outro imóvel.....	871
296. Novo pedido de usucapião.....	871
297. Rito processual	871
298. Abandono	872

Capítulo XXVIII USUCAPIÃO RURAL

299. Histórico do instituto.....	875
300. Legitimação de posses	876
301. Usucapião rural	879
302. Usucapião rural na esfera administrativa	883
303. Legitimidade para usucapir.....	884
304. Coisa suscetível de usucapião (área em zona rural).....	885
305. Vedação usucapiatória: prescribente e bens públicos.....	889
306. Extensão do imóvel.....	896
307. Posse.....	902
308. Adição de posses.....	904
309. Tempo	905
310. Conflito temporal	906
311. Produtividade	910
312. Moradia	912
313. Título e boa-fé	913
314. Procedimento	914
315. Usucapião em defesa	922
316. Usucapião rural do Código Civil	924

Capítulo XXIX USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL

317. Desjudicialização da usucapião	926
318. Constitucionalidade.....	928
319. Usucapião extrajudicial.....	929
320. Ressalva da via jurisdicional.....	930
321. Via administrativa	930
322. Competência.....	931
323. Registrador	932
324. Pedido de reconhecimento extrajudicial de usucapião	933
325. Requerente ou interessado. Advogado	936
326. Autuação e prenotação.....	938
327. Ata notarial.....	940

328. Planta e memorial descritivo	943
329. Ausência de assinatura na planta e notificações.....	944
330. Certidões negativas dos distribuidores	947
331. Justo título ou documentos comprobatórios da posse	948
332. Ciência às Fazendas Públicas	951
333. Impugnações	952
334. Chamamento edital	954
335. Dúvidas e diligências do registrador	956
336. Rejeição do pedido.....	958
337. Acolhimento do pedido.....	960
338. Ônus e gravames	962
339. Recursos	963
340. Despesas do processo	965
341. Ministério Público	966
342. Via anulatória do registro	966

Título VIII INSTITUTOS ASSEMELHADOS À USUCAPIÃO

Capítulo XXX PERDA DA PROPRIEDADE (ART. 1.228, §§4º E 5º, DO CÓDIGO CIVIL)

343. Considerações gerais.....	969
344. Perda da propriedade e semelhanças com o instituto da usucapião	970

Capítulo XXXI CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA

345. Considerações gerais.....	973
346. Concessão de uso especial para fins de moradia.....	974
347. Estatuto da Cidade	974
348. Exceção ao princípio da imprescritibilidade?	976
349. Medida Provisória n. 2.220/2001	978
350. Via judicial	981
351. Uso para fins comerciais.....	983

Capítulo XXXII REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE ASSENTAMENTOS URBANOS

352. Considerações gerais.....	984
353. Demarcação urbanística.....	989
354. Legitimação fundiária	991
355. Legitimação de posse.....	992
356. Procedimento de regularização.....	994
357. Registro da regularização fundiária.....	997
358. Síntese final	999

Parte Segunda
ASPECTOS PROCESSUAIS

Título IX
A AÇÃO DE USUCAPIÃO

Capítulo XXXIII
O PROCESSO DE USUCAPIÃO

359. Natureza jurídica da ação de usucapião.....	1003
360. Usucapião na via administrativa.....	1005
361. Usucapião em simples ação declaratória.....	1006
362. Ação de usucapião de imóveis.....	1008
363. Ação de usucapião de móveis e semoventes.....	1011
364. Ações de usucapiões especiais (indígena, urbana, rural, familiar e extrajudicial).....	1017
365. Institutos assemelhados à usucapião.....	1018

Título X
REQUISITOS À PROPOSITURA DA AÇÃO DE USUCAPIÃO

Capítulo XXXIV
REQUISITOS ESSENCIAIS

366. Capacidade de ser parte.....	1019
367. Capacidade de estar em juízo.....	1022
368. Capacidade postulatória.....	1025

Capítulo XXXV
REQUISITOS GERAIS E ESPECIAIS

369. Considerações gerais.....	1034
370. Juízo e nomes e qualificações das partes.....	1035
371. Fatos e fundamentos jurídicos do pedido.....	1036
372. O pedido com as suas especificações.....	1039
373. <i>Adictio, emendatio e mutatio libelli</i>	1043
374. Valor da causa.....	1046
375. Provas para demonstrar a verdade dos fatos.....	1048
376. Audiência de conciliação ou de mediação.....	1049
377. Planta do imóvel.....	1049
378. Certidão do registro imobiliário.....	1054
379. Certidão de ações possessórias e petições.....	1060
380. Outorga do cônjuge.....	1062
381. Procuração judicial.....	1067
382. Pedido de designação de audiência preliminar, a fim de justificar a posse.....	1072
383. Citação de réus.....	1072

Capítulo XXXVI
OUTRAS EXIGÊNCIAS E OBSERVAÇÕES PROCESSUAIS

384. CPF, CNPJ e RG.....	1074
385. Laudo pericial.....	1075

386. Férias forenses e feriados.....	1075
387. Assistência judiciária gratuita.....	1078
388. Cautelas ao despachar a inicial.....	1082
389. Despacho inicial.....	1085
390. Ação anterior e tempo completado após sua propositura	1086
391. Usucapião na pendência de ação possessória.....	1088
392. Pluralidade de pedido e de objeto.....	1091
393. Substituição da parte.....	1093

Capítulo XXXVII COMPETÊNCIA

394. Foro da situação do imóvel.....	1095
395. Varas especializadas.....	1097
396. Foro para usucapião rural	1103
397. Deslocamento do foro por intervenção da União.....	1104
398. Foro para coisas móveis e semoventes.....	1127

Capítulo XXXVIII CITAÇÕES

399. Considerações gerais.....	1128
400. Citação do titular do registro	1130
401. Citação de confinantes	1136
402. Citação do cônjuge.....	1139
403. Citação do possuidor.....	1141
404. Citação dos réus em lugar incerto e dos terceiros eventualmente interessados.....	1142
405. Cautelas que precedem a citação edital	1145
406. Citações anteriores à justificação da posse.....	1152
407. Nulidades oriundas de vícios da citação.....	1153

Capítulo XXXIX CIÊNCIA ÀS FAZENDAS PÚBLICAS

408. Legislação anterior.....	1158
409. Disposição vigente.....	1159
410. Remessa de cópias da inicial, planta e documentos.....	1162
411. Requerimento de intimações.....	1164
412. Pessoas que devem ser intimadas ou cientificadas	1166
413. Intimações no curso do processo.....	1168

Capítulo XL JUSTIFICAÇÃO DA POSSE

414. Considerações gerais.....	1170
415. Objetivo.....	1171
416. Legislação anterior.....	1173
417. Juízo competente.....	1174
418. Intervenção do Ministério Público	1175

419. Audiência preliminar de justificação da posse.....	1175
420. Providências antecedentes à audiência.....	1176
421. Audiência não realizada.....	1177
422. Posse atual.....	1178
423. Posse perdida.....	1180
424. Meios de prova.....	1181
425. Prova testemunhal.....	1182
426. Posse justificada.....	1192
427. Posse não justificada.....	1193
428. Recursos.....	1195
429. Justificação conflitante com a instrução posterior do processo.....	1196
430. Intimação da decisão que declarar justificada a posse.....	1197

Capítulo XLI MINISTÉRIO PÚBLICO

431. Histórico da instituição.....	1206
432. O Ministério Público na atualidade.....	1207
433. O Ministério Público na ação de usucapião.....	1208
434. Intimação.....	1213
435. Nulidade pela falta de intervenção.....	1216
436. Prazos.....	1217
437. Recursos.....	1217
438. Cumulação de curadorias.....	1218
439. Âmbito de atuação.....	1222
440. Não intervenção na usucapião alegada como defesa e nas ações de nulidade.....	1224

Capítulo XLII CURADORIA ESPECIAL

441. Considerações gerais.....	1226
442. Curadoria especial na ação de usucapião.....	1228
443. Curadoria especial a citados certos.....	1228
444. Curadoria aos réus em lugar incerto e eventuais interessados ou aos terceiros eventualmente interessados.....	1229
445. A quem compete o exercício da curadoria especial.....	1232
446. Curadoria especial na Justiça Federal.....	1233
447. Curadoria especial atribuída a advogado.....	1234

Capítulo XLIII JULGAMENTO NO ESTADO DA LIDE

448. Considerações gerais.....	1236
449. O julgamento do processo de usucapião no estado da lide.....	1238

Capítulo XLIV DESPACHO SANEADOR

450. Considerações gerais.....	1241
451. O saneador na ação de usucapião	1243

Capítulo XLV PROVAS EM GERAL

452. Requerimento de provas	1245
453. Prova pericial e documental.....	1245
454. Prova testemunhal	1247
455. Prova na revelia.....	1248
456. Instrução e julgamento.....	1248
457. Conflito com a prova da justificação da posse	1249
458. <i>Onus probandi</i> do usucapiente	1250

Capítulo XLVI PERÍCIA

459. A perícia na ação de usucapião.....	1251
460. Necessidade da perícia.....	1256
461. Quando se dispensa a perícia.....	1257
462. Quem pode ser perito	1258
463. Quesitos	1261
464. Audiência para a perícia	1266
465. Prazo para o laudo.....	1268
466. Salários periciais	1268

Capítulo XLVII SENTENÇA

467. Caráter declaratório.....	1274
468. Requisitos	1276
469. Eficácia <i>erga omnes</i>	1277
470. Obrigações fiscais	1278
471. Efeitos acessórios da sentença: hipoteca, penhora, arresto, sequestro, protesto contra alienação de bens e indisponibilidade	1282
472. Execução da sentença	1287
473. Registro da sentença de usucapião alegada em defesa	1288
474. Título hábil para o registro.....	1288
475. Atuação do oficial do registro de imóveis diante da sentença.....	1289
476. Imóvel não registrado	1295
477. Imóvel já registrado	1296

Capítulo XLVIII USUCAPIÃO EM DEFESA

478. Considerações gerais.....	1302
479. Irregistrabilidade da sentença recognitiva de usucapião em defesa	1306
480. Exceção ao princípio da irregistrabilidade	1307
481. Ação reivindicatória.....	1307

482. Ação possessória	1309
483. Ação divisória	1311
484. Ação demarcatória	1313
485. Ação discriminatória	1314
486. Ação desapropriatória	1318
487. Ação de imissão de posse	1318
488. Ação demolitória	1319
489. Ação de adjudicação compulsória	1320
490. Ações anulatórias	1321
491. Ação negatória de servidão	1322
492. Ações de herança	1323
493. Ações de nulidade de partilha	1325
494. Ação de despejo	1327
495. Declaratória incidental	1328
496. Embargos de terceiro	1332
Bibliografia	1335
Índice alfabético-remissivo	1349